



JUST QUALITIES

A IA e a standardização promovem uma justiça igual para todos?

Um diálogo entre o Sul e o Norte Global

EVENTO ONLINE

Lisboa, 23 de maio de 2024, 9h30 (GMT +1)

Os primeiros vinte anos do século XXI ficaram marcados pelo desenvolvimento exponencial da ciência de dados, pela transferência para o formato digital de conteúdos e formas de tratamento de documentos, pela crescente ênfase colocada nas expectativas, promessas e oportunidades que a combinação da inteligência digital e computacional suscitam relativamente à decisão, à organização e à prestação de serviços.

Os impactos na proteção dos direitos humanos e nas formas de controlo e de participação que os atores institucionais, com os respetivos valores e competências, podem assegurar no âmbito dos processos, constituem uma questão em aberto de primeira ordem na agenda do milénio. Nos últimos cinco anos, o direito e a justiça têm sido atingidos por um fenómeno generalizado que ainda está por explorar e que decorre da conjugação de dois fatores: por um lado, a disponibilidade de dados estatísticos sociais, económicos e comerciais e de documentos legais e jurídicos em formato digital; e, por outro lado, a usabilidade da matemática aplicada e de técnicas das ciências da informação aliada ao desenvolvimento de máquinas com capacidade computacional exponencialmente crescente.

Para além das evidências do impacto que a tecnologia digital tem na vida económica e social quotidiana, no contexto judicial, as recentes evoluções que são incluídas, por vezes, de forma excessivamente sintética na categoria da inteligência artificial, exigem uma presença consciente e dialética das profissões jurídicas enquanto portadoras de valores constitucionais e representantes de uma função vital das democracias liberais, nomeadamente, a de atuar como elemento de interação entre a procura de serviços jurídicos, a expressão de problemas jurídicos e a procura de uma resposta ancorada em garantias.

As profissões jurídicas esperam grandes transformações que afetam o equilíbrio entre autonomia e automatização, a capacidade de combinar e integrar competências e metodologias nas rotinas de trabalho e as qualificações necessárias para contribuir para o ciclo de vida da conceção-utilização-avaliação de novas ferramentas e dispositivos baseados em inteligência artificial usados nos sistemas judiciais.

O workshop contribuirá para um debate vigoroso, trazendo experiências nacionais e abordagens inovadoras de diferentes países e regiões do mundo, tanto do Sul como do Norte Global.

PROGRAMA

9h30-10h00: Sessão de abertura

Ana de Azeredo Coelho Fernandes da Silva (Juíza Desembargadora, Vogal do Conselho Superior da Magistratura)

Tiago Santos Pereira (Centro de Estudos Sociais/Observatório Permanente da Justiça)

João Pedroso (Coordenador do Programa de Doutoramento em Sociologia do Estado, do Direito e da Justiça, da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

Tatyana Teplova (Coordenadora e Conselheira Sénior para a Igualdade de Género, Justiça e Inclusão, OCDE)

10h00-10h30: A IA e o sistema judicial: oportunidades, riscos e desafios

- Daniela Piana (Professora da Universidade de Bolonha e Coordenadora da UNESCO Unitwin Network "Governance and Citizenship in the Digital Age" (Net Learning))

10h30-11h00: A IA e as consequências na aprendizagem para os sistemas de formação

- Jacqueline Bergeron (Diretora da Cátedra Aprendizagem Digital da UNESCO)

11h00-13h00: A IA e os desafios de regulamentação em todo o mundo

- Maria Manuel Leitão Marques (Deputada ao Parlamento Europeu)
- Christian Byk (Associação Internacional de Direito, Ética e Ciência)
- João Thiago de França Guerra (Conselho Nacional de Justiça, Brasil)
- Vera Lúcia Raposo (Professora Auxiliar e Subdiretora da NOVA School of Law)

Moderação: Ruben Juvandes (Juiz de Direito, Adjunto do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros do Conselho Superior da Magistratura)

14h00-15h30. IA e justiça: como equilibrar os desafios dos direitos fundamentais, da eficiência e da qualidade da justiça?

- Anna Skrjabina (Investigadora do Instituto de Direito Europeu)
- Raul Araújo (Juiz Conselheiro Jubilado do Tribunal Constitucional, Professor Catedrático da Universidade Agostinho Neto, Angola)
- José Joaquim Fernandes Oliveira Martins (Juiz de Direito)
- Valentin Callipel (Chefe de Missão do Laboratório de Ciberjustiça, Universidade de Montreal)

Moderação: Marina Henriques (Investigadora do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

15h30-16h00. Sessão de encerramento: síntese crítica e temas para reflexão

- Marina Henriques (Investigadora do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais)
- Luca Verzelloni (Professor Assistente da Universidade de Milão-Bicocca)

16h15-17h45. Mesa redonda: Desafios para a utilização da inteligência artificial no sistema de justiça em Portugal

Presencial / aberto apenas a participantes convidados